

Programa eleitoral da Lista A - candidatura para os Órgãos sociais do Sindicato de Trabalhadores de Arqueologia (STARQ) 2024/2027

1. Enquadramento

O **STARQ** – Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia - desde a sua fundação tem desenvolvido uma consistente e firme ação de luta em prol dos Trabalhadores de Arqueologia.

No último mandato (2020/2023) a direção do STARQ defendeu os direitos dos trabalhadores, enfrentando os desafios da pandemia, lutando por condições dignas de trabalho e reivindicando os apoios dados aos profissionais da Cultura.

Para atingir estes objetivos, a direção envolveu-se em diversas frentes de luta, desde reuniões com empresas do sector até negociações com o Ministérios da Cultura e a Direção Geral do Património Cultural (DGPC). O sindicato realizou inquéritos e divulgou os respetivos resultados. Visitou locais de trabalho e denunciou atropelos aos direitos dos trabalhadores. Garantiu apoio jurídico gratuito, participou e organizou várias manifestações do setor da Cultura e do Movimento Sindical Unitário entre outras ações.

A Lista A constrói-se em continuidade com a história deste projeto sindical, mantendo, numa lógica de renovação, a abertura aos trabalhadores de Arqueologia que se associaram ao sindicato, conforme indica a própria composição da lista.

O contexto social e político nos anos do mandato que agora cessa tem sido conturbado e lesivo para os trabalhadores dos diferentes setores. Após a pandemia, a subida da inflação e o aumento dos preços, das rendas e dos juros dos créditos de habitação levaram a uma perda avultada dos rendimentos dos trabalhadores, sobretudo quando não houve uma correspondente valorização dos salários. Neste sentido, a manutenção da caducidade da contratação coletiva é um entrave à valorização dos salários e ao trabalho com direitos. Por outro lado, a deterioração dos serviços públicos tem um reflexo na vida dos cidadãos, seja no âmbito do acesso à saúde, na degradação da

escola pública ou na pouca eficácia das próprias instituições encarregues da proteção, salvaguarda e valorização do Património Arqueológico.

No que concerne às políticas específicas para o sector do Património Cultural, notamos um grande retrocesso com a recente reestruturação do setor público. O STARQ alertou diversas vezes para o modelo equivocado, demasiado complexo e opaco implementado pelo governo, tanto no âmbito do processo de descentralização como na reorganização dentro do Ministério da Cultura (**MC**). A opção pela criação de uma empresa pública que gere os Monumentos e Museus, dotada de mais recursos e maior afluência de visitantes, não só aumenta a disparidade entre os museus nacionais e outras instituições / museus sob a administração central como retira direitos aos trabalhadores que venham a integrar a nova Entidade Pública Empresarial (**EPE**), uma vez que deixam de ser funcionários públicos e passam a estar enquadrados no âmbito do Código do Trabalho, portanto com menos direitos. Por outro lado, a divisão de competências de salvaguarda e proteção do Património Cultural, bem como de gestão da atividade arqueológica, entre o novo Património Cultural, Instituto Público (**PC, IP**) e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (**CCDR, IP**) criou um sistema pouco claro e demasiado complexo, tanto para a comunidade dos profissionais da área da Arqueologia como para os próprios organismos públicos.

Temos verificado a existência de “zonas cinzentas”, onde nem o PC, IP, nem as CCDR atuam. Além disto, constatamos um ineficaz e negligente processo de implementação do modelo: nada ou pouco foi feito previamente pela direção da DGPC e pelos responsáveis políticos. Assim, ainda estão a ser organizados serviços que deveriam estar a funcionar plenamente. A que acresce uma deficiente comunicação com os profissionais, seja através do Portal do Arqueólogo, seja nos sites destas instituições. O resultado foi empurrar o setor para uma “roda livre”. De facto, os profissionais estão em autogestão, devido à inexplicável falta de resposta por parte do Estado.

Neste momento, as instituições do Património Cultural estão a perder o controle sobre o que ocorre no terreno, seja a fiscalização, seja a própria gestão documental. Considera-se esta situação como um enorme retrocesso. Apesar

de negativos episódios anteriores de reestruturação, esta assume atualmente uma magnitude nunca vista.

Lamentamos ainda o “aligeiramento” das leis ambientais e de licenciamento que têm prejudicado muito a proteção do Património Cultural, diminuindo a sua importância, logo o valor que o Estado dá aos trabalhadores do setor.

No setor privado, destacamos alguns avanços, fruto da luta dos trabalhadores, nomeadamente o aumento dos contratos de trabalho e a recente ação da Autoridade para as Condições do Trabalho (**ACT**) de combate aos falsos recibos verdes. Este progresso é resultado de anos de reivindicações contínuas dos sindicatos, nomeadamente do STARQ. No entanto, viver do trabalho em Arqueologia é uma realidade ao alcance de poucos, não apenas devido aos baixos salários, cada vez mais pressionados pelo aumento do custo de vida, mas igualmente pela falta de perspectiva de futuro, resultante da ausência de carreiras no sector. Acresce a tudo isto, a recorrente falta de condições de segurança e saúde nos locais de trabalho.

Cabe aqui também referir os desafios para os investigadores da área da Arqueologia nas universidades e centros de investigação. Mesmo que existam contratos para os doutorados, estes permanecem insuficientes e a prazo, o que de facto mantém relações laborais marcadas pela precariedade. Por outro lado, os bolsiros de doutoramento permanecem sem reconhecimento da sua atividade enquanto trabalho, onde ainda são atribuídas bolsas quando deveriam existir contratos de trabalho, para além da marcada relação unilateral com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que os coloca numa situação de iminente fragilidade.

O assédio seja de carácter moral ou sexual, é um dos problemas mais graves que persistem no ambiente laboral nacional e, como sabemos, no Setor da Arqueologia, seja empresarial, na academia, no setor público ou na investigação. É uma prática demasiado frequente, manifestando-se em múltiplas formas e acarreta inúmeras consequências negativas, tanto para a vítima enquanto pessoa quanto para o ambiente e qualidade do trabalho e, conseqüentemente, para o património arqueológico. O seu combate e mitigação são um pilar fundamental da atuação presente e futura do STARQ.

Assim se propõe a continuação e reforço das ações de sensibilização, informação e formação contra o assédio em contexto laboral (o que é, como se identifica, como e a quem denunciar e os direitos legalmente consagrados). Simultaneamente, oferece-se apoio psicológico e jurídico às vítimas e denunciantes. Em suma o STARQ procura afirmar-se como um local seguro e de suporte para profissionais de Arqueologia cujos direitos fundamentais estejam a ser postos em causa ou violados.

Portanto, é necessário continuar a organizar os trabalhadores do sector, e continuar a reivindicar melhores condições de vida e de trabalho. As conquistas alcançadas nos últimos anos são fruto da luta coletiva dos trabalhadores e do seu sindicato. Precisamos continuar este caminho, promovendo ações em defesa do fortalecimento do setor público e combatendo a precariedade que ainda afeta muitos dos profissionais da Arqueologia. A construção, discussão e, futuramente, a negociação do Caderno Reivindicativo que abranja os profissionais do setor são passos fundamentais para enfrentar a precariedade e os diversos problemas que dela advêm.

2. Programa 2024/2027

2.1. Arqueologia no Setor Privado

- a) Debate, construção e futura negociação com as entidades patronais do Caderno Reivindicativo, com o objetivo de alcançar um Contrato Coletivo (ou Acordos de empresa) no Setor da Arqueologia;
- b) Dar continuidade às reuniões com os trabalhadores e, posteriormente, com as entidades patronais, de modo a reivindicar o trabalho com direitos para todos os profissionais do setor;
- c) Tornar o acesso dos Trabalhadores de Arqueologia às condições de segurança e saúde no trabalho, que já se encontram legalmente legisladas, uma prioridade;

d) Acompanhar, discutir e agir em relação a alterações legislativas relativas ao trabalho e avaliar o seu impacto nas relações e direitos laborais no sector privado;

e) Combater a precariedade, especialmente o recurso aos falsos recibos verdes;

2.2. Arqueologia no sector Público

a) A exigência de mais trabalhadores para o sector Público (Administração Central, Local e Museus) será prioritária;

b) Lutar pelos direitos e valorização dos trabalhadores do Setor Público, seja na Administração Central, seja nos municípios;

c) Lutar pelo investimento nos diferentes organismos do Estado no âmbito do Património Cultural, particularmente o PC, IP, as CCDR, IP e a Museus e Monumentos de Portugal (**MMP**), EPE. Destacamos a necessidade de dotação de meios que possibilitem um Setor Público sustentável e moderno, onde os profissionais tenham condições para realizar as suas funções e seja assegurado o cumprimento de todas as obrigações do Estado na proteção, salvaguarda, valorização e divulgação do Património Arqueológico;

d) Continuar a lutar pelo Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (**CNANS**), nomeadamente na constituição de quadros;

e) Defender o Laboratório de Arqueociências (**LARC**) dotando-o de instalações adequadas às suas funções, nomeadamente na produção e gestão das coleções de referência, e no seu acesso a investigadores externos;

f) Defender a Arqueologia Municipal como mais um nível de proteção do Património Arqueológico razão pela qual deve ser reforçada. Efetuar um levantamento das autarquias com arqueólogo e promover a integração de mais profissionais na Administração Local.

g) Reforçar o papel do Arqueólogo Municipal, com competências e obrigações específicas no sistema de gestão, proteção e divulgação do Património Arqueológico.

2.3. Arqueologia nos setores público e privado

- a) Visita regular a um maior número de locais de trabalho;
- b) Criação de um e-mail de denúncia de assédio (moral, sexual) com as regras de gestão e encaminhamento consagradas para este tipo de linha de denúncia (anonimato garantido, apenas se atua se a vítima assim o quiser, acesso exclusivo por duas pessoas responsáveis, com nome e biografia conhecidos e com explicitação de possibilidade de atuação);
- c) Aprofundamento do conhecimento da realidade dos trabalhadores de Arqueologia, Conservação e Restauro e Antropologia. Realização de um inquérito abrangente de caracterização do setor, no seguimento dos 10 anos da execução do “DISCO” (Discovering the Archaeologists of Portugal);
- d) Lutar pelo processo de digitalização do Estado, de modo a automatizar a submissão e consulta de processos de PATA e PIPA pelos intervenientes (Trabalhadores responsáveis, tutela), de modo a tornar igualitário o acesso à informação;
- e) Lutar pela integração dos profissionais de Arqueologia no grupo de profissões de risco.
- f) Promover ações *online* de sensibilização dos trabalhadores para os seus direitos;
- g) Reivindicar que as entidades patronais cumpram a sua obrigação de garantir a formação dos trabalhadores, particularmente em novas metodologias e na integração de processos que visem a digitalização patrimonial;

2.4. Associados

- a) Continuar a informar os sócios através de e-mail, comunicados, boletins, sítio de internet, redes sociais e contactos com a comunicação social;
- b) Manutenção e reforço do apoio jurídico e contabilístico aos associados;
- c) Estabelecimento de protocolos com entidades de diferentes naturezas, de maneira a proporcionar aos associados melhor acessibilidade a serviços;

d) Envolver mais os associados em ações do STARQ: assembleias, reuniões abertas ou atividade;.

e) Promover o pagamento de quotas, de modo a ter um maior número de associados com as contribuições em dia;

f) Garantir a saúde e a sustentabilidade financeira do sindicato;

g) Promover o bem-estar e saúde mental dos trabalhadores, nomeadamente oferecendo acesso a apoio psicológico;

2.5. Sindicalismo e organização sindical

a) Reforço da Organização Sindical, através do aumento de sindicalizações e do número de delegados sindicais, estruturando o sindicato nos locais de trabalho, tanto em empresas como no Estado, de modo a permitir uma melhor defesa e comunicação com os trabalhadores;

b) Elaboração de materiais de divulgação das ações de luta, atividades e propostas do STARQ;

c) Disponibilização de informação sobre a legislação que incide sobre os Trabalhadores de Arqueologia (nomeadamente, arqueólogos, antropólogos biológicos e conservadores-restauradores) e sobre a área em si, através da elaboração de materiais gráficos e informativos, visando esclarecer os associados sobre os seus direitos;

d) Formação sindical destinada aos dirigentes, delegados e ativistas sindicais;

e) Promover a luta dos trabalhadores, de forma articulada, com o Movimento Sindical Unitário, nomeadamente com a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (**CGTP-IN**) e as Uniões de Sindicatos;

f) Participação em movimentos de luta nacional no âmbito da Cultura e Património e também em defesa de melhores salários e emprego com direitos;

g) Papel reivindicativo e sensibilizador junto das várias entidades públicas, Governo e partidos políticos, chamando a atenção para os nossos problemas.